



## SCHELLING: A FILOSOFIA DA NATUREZA E A LIBERDADE

ISADORA TABORDES<sup>1</sup>; ROBINSON DOS SANTOS<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – isadoraf.tabordes@gmail.com 1

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – dossantosrobinson@gmail.com 2

### 1. INTRODUÇÃO

Diante das profundas implicações provenientes da centralidade do conceito de liberdade para a vida humana é deveras relevante dedicarmos nossos olhares mais atentos ao escrito de 1809, *Investigações Filosóficas Sobre a Essência da Liberdade Humana e os assuntos com ela relacionados (Freiheitsschrift)*. Obra pertencente ao repertório do filósofo alemão Friedrich Wilhelm Schelling (1775-1854), na qual o autor pensa o conceito e convida seus leitores à compreensão do problema, uma vez que salvaguardar a liberdade diante da aceitação de um Deus criador, onisciente e onipotente parece um desafio, assim como também o é não acusar esse mesmo Deus da existência do mal no mundo. Afinal, como compreender que em um mundo onde exista o mal, possa haver também um Deus criador, onisciente e onipotente, que ao contemplar a tragédia, hesita?! Além de conceber a existência desse Deus, Schelling afirmará que a liberdade absoluta é também uma necessidade absoluta. Desse modo, como compatibilizar ideias aparentemente tão excludentes? Essa é a questão. Schelling, a partir de sua filosofia rica em dinamismo propõe instigantes caminhos para esses problemas.

É certo que não será possível abordar todos esses pontos nesse breve trabalho, portanto, nossa intenção para o momento é apenas apresentar essa direção a partir da filosofia da natureza, considerando que, segundo o autor, é apenas a partir dela que podemos realizar essa tarefa.

### 2. METODOLOGIA

A metodologia a ser utilizada consiste essencialmente na pesquisa bibliográfica, pela qual pensaremos a obra *“Investigações Filosóficas sobre a Essência da Liberdade Humana e os assuntos com ela relacionados”*, a partir de uma análise interpretativa e usufruindo de literaturas especializadas.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como sabemos, a liberdade sempre ocupou papel fundamental no interior das arquitetônicas filosóficas. Na perspectiva de Schelling, ela pode ser considerada o começo e o fim de toda a filosofia, o verdadeiro pressuposto para a possibilidade de um sistema filosófico. Nesse sentido, fica nítido que ao desprezarmos a liberdade, assumindo uma posição determinista, por exemplo. Corremos o risco de desprezarmos, conseqüentemente, a possibilidade de moralidade e, em última instância, até mesmo de fundamentação de um conhecimento universal.

Schelling está envolvido com o propósito de fornecer uma filosofia que pudesse caminhar em união tanto ao campo filosófico, quanto ao científico, na tentativa de ir para além de uma atividade intelectualmente submissa à estrutura apreendida no mundo material, ou seja, transcender o empirismo. Buscando, em

última instância, unir o que há muito tentavam dividir, isto é, a noção de real e ideal, sujeito e objeto, cujo abismo sempre esteve presente no interior dos sistemas filosóficos, motivo pelo qual é interessante do ponto de vista didático situá-lo no idealismo alemão, mas problemático do ponto de vista puramente filosófico.

Para sua perspectiva, há necessariamente uma relação constante entre o mundo real da natureza e o mundo ideal. A distinção entre esses dois campos é dada apenas por serem parte de duas dimensões diferentes, mas que se encontram no todo do único absoluto. Nesse sentido, concepções abstratas e formais frequentemente atribuídas pelo pensamento idealista a respeito da liberdade, poderiam servir apenas como uma parte da equação, e por isso, Schelling admite que o primeiro conceito completo de liberdade formal foi dado pelo idealismo. Mas, por outro lado, entende que para ser possível superar as dificuldades inerentes ao conceito e demonstrar o que define a liberdade humana, o idealismo é insuficiente. Assim como qualquer outro sistema parcial também o seria. Assim, totalidade do sistema da natureza precisa consistir na relação entre sujeito e objeto, espírito e matéria, ou seja, conceber a unidade entre o ideal e o real, dito de outro modo, o realismo e o idealismo, se tomados de forma isolada, não podem completar essa tarefa. Em suas palavras: "O idealismo é a alma da filosofia, o realismo é o corpo. Só os dois reunidos constituem uma totalidade viva." (SCHELLING, 1993, p.60).

Para o filósofo, as doutrinas de toda a filosofia moderna, desde Descartes, haviam falhado ao não conceberem a natureza como um elemento presente, faltando-lhes um fundamento vivo. Desse modo, a filosofia da natureza exerce papel crucial no *escrito da Liberdade*, porque essa fundamentação viva acontece, para Schelling, apenas por meio dos princípios de uma autêntica filosofia da natureza, sendo uma a ferramenta essencial para a compreensão da liberdade, do mal e de Deus. Em suma, a ponte estabelecida entre o real e o ideal a partir da filosofia da natureza é uma das pedras preciosas que encontramos na filosofia de Schelling: "Somente a partir dos princípios de uma verdadeira natureza se pode desenvolver uma perspectiva que se possa satisfazer a tarefa que é aqui empreendida." (SCHELLING, 1993, p. 60).

Essas questões são centrais para o pensamento schellinguiano, porque esse é o caminho que poderá ultrapassar os antigos empasses provenientes dos diversos sistemas que não concebiam a natureza como autônoma e viva, bem como será uma forma de compreendermos a liberdade do ponto de vista de Schelling.

Mas afinal, como Schelling concebe a liberdade? O filósofo alemão não hesita em se referir a Deus, ao bem e ao mal, o que conduz aos constantes problemas filosóficos acerca da compatibilização desses elementos com a liberdade. Entretanto, isso se deve ao fato de que Schelling se opõe ao conceito habitual de liberdade, a partir do qual essa é entendida meramente como a capacidade de escolher sem qualquer fundamento determinante por uma coisa ou outra.

Para usar o exemplo do filósofo, a verdadeira liberdade não pode ser demonstrada a partir de meras capacidades como a contrair e estender o braço sem qualquer motivo aparente, porque, com isso, estamos concluindo da ignorância de um fundamento anterior ao ato, a inexistência desse. Logo, Schelling nos lembra: "É justamente onde entra a ignorância que se encontra de modo mais certo a determinação." (1993, p. 92)

Para o filósofo, se precisamos endossar um caráter completamente contingente nas ações isoladas para salvaguardar a liberdade, então ela não é digna de salvação. A passagem encontrada no *escrito da liberdade* é realmente marcante: "Mas o acaso é impossível, porque se opõe à razão e à necessária unidade do todo;



e se a liberdade não se pode salvar senão como contingência da ação no meio do todo, então não vale a pena salvá-la.” (SCHELLING, 1993, p. 92)

A oposição a essa noção absoluta de livre-arbítrio é o determinismo, porque esse defende justamente a necessidade empírica de todas as ações, afirmando uma determinação anterior ao ato. Porém, ainda que seja mais simpático ao determinismo, Schelling não endossará nenhuma dessas vias. Há, para ele, um ponto de vista superior a ambos, a saber, o de uma necessidade superior que alcança a justa medida de distância tanto do acaso, quanto da coação. Essa necessidade é interna, originada na essência do próprio sujeito.

#### 4. CONCLUSÕES

A necessidade que é absolutamente compatível com a liberdade, reside na própria essência do homem, em sua própria natureza que, segundo Schelling, deve ser uma determinação para si mesmo. Por conseguinte, o filósofo da natureza responde a nossa pergunta sobre a compatibilização da liberdade e da necessidade humana com a afirmação de que a liberdade absoluta é uma necessidade absoluta: “Porque só é livre aquele que age segundo as leis da sua própria essência e não é determinado por mais nada, nem nele, nem fora dele.” (SCHELLING, 1993, p. 94)

Diante desse raciocínio, as escolhas tornaram-se um lugar inóspito para o acaso, uma vez que Schelling está consideravelmente distante das perspectivas que introduzem o acaso para explicar a noção de liberdade. A ação particular, portanto, é resultante de uma necessidade interna e, dessa forma, aquele ser inteligível que age livremente, age também em conformidade com a sua natureza, mas age necessariamente. Ainda assim, dizer que um ser livre age necessariamente, parece contraditório, principalmente porque podemos estar associando essa necessidade com a necessidade empírica, a qual consiste em uma obrigação, o que não representaria a posição schellinguiana. Nesse sentido, o filósofo se remete a Lutero: “Que Judas tenha traído Cristo, eis o que não poderia ser alterado, nem por ele próprio, nem por nenhuma criatura e, no entanto, não traiu Cristo coagido, mas voluntariamente e em plena liberdade.” (SCHELLING, 1993, p. 96)

Em frente a essa emblemática passagem, como compreender que uma ação livre, estivesse impossibilitada de ser diferente do que foi, sem que com isso tenha deixado de ser livre? Se Judas agiu em plena liberdade, por qual motivo sua traição aconteceu de forma necessária e não poderia ter sido diferente? O que é, afinal de contas, essa necessidade interna da própria essência da qual Schelling faz uso para buscar o caminho em que liberdade e necessidade possam se unir?

Além disso, para onde iria a responsabilidade moral se entendêssemos que Judas, por exemplo, não poderia ter alterado o curso da sua ação? Se compreendermos que essa essência interna é algo dado e fixo, parece inevitável que a responsabilidade seja suprimida. Entretanto, talvez seja o caso de lembrarmos aqui de uma das características cruciais da filosofia schellinguiana, a saber, o seu dinamismo. Trata-se de uma filosofia cheia de vida e movimento, uma filosofia do devir. Sendo assim, essa essência relacionada ao ser humano não é estática, meramente dada como um ser morto. Essa essência é o próprio agir dos homens.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMERIKS, K. (Org.) **The Cambridge Companion to German Idealism**. New York: Cambridge University Press, 2000.
- BERLIN, I. **The roots of Romanticism**. Nova Jersey: Princeton University Press, 1999.
- BOWIE, Andrew. **Schelling and modern European philosophy: an introduction**. Routledge, 1993.
- DUQUE, Félix. **Historia de la Filosofía Moderna: La era de la Crítica**. Madri: Ediciones Akal, 1998.
- FREYDBERG, Bernard. **Schelling's dialogical freedom essay: provocative philosophy then and now**. State University of New York, 2008.
- GONÇALVES, Márcia Cristina Ferreira. Introdução. In: **SCHELLING, Friedrich Wilhelm Joseph. Aforismos para introdução à filosofia da natureza e Aforismos sobre filosofia da natureza**. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora PUC-Rio e Edições Loyola, 2010, p. 7-39.
- HEIDEGGER, Martin, **Schelling's treatise on the essence of human freedom**. Trad. Joan Stambaugh. Athens/Ohio, Ohio University Press, 1985.
- SCHELLING, F. W. J. **Investigações Filosóficas sobre a Essência da Liberdade Humana**. Tradução: Carlos Morujão. Lisboa: Edições 70, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Preleções privadas de Stuttgart**; introdução, tradução e notas de Luis Felipe Garcia. São Paulo: Editora Clandestina, 2020
- \_\_\_\_\_. **Cartas filosóficas sobre o dogmatismo e o criticismo**. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho. In: SCHELLING, Friedrich Von. **Obras escolhidas**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1973.
- \_\_\_\_\_. **Propedêutica da Filosofia**. Tradução: Pablo Guimarães. Campinas: Vide Editorial, 2018.
- SPINOZA. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.